



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

159



Quarta Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº 185332-3

3ª Vara Cível da Comarca de Olinda

Agravante: ANTÔNIO FERNANDO CARNEIRO DE OLIVEIRA

Agravado: BANCO ITAULEASING S/A

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. A PROPOSITURA CONTEMPORÂNEA DE AÇÃO CONSIGNATÓRIA NÃO É ÓBICE À REGULAR TRAMITAÇÃO DA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DO JUÍZO A QUO CONFIRMADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS.

O ajuizamento contemporâneo da ação de consignação em pagamento não impede a efetivação da reintegração de posse, porquanto há diversidade da causa de pedir e do pedido entre as duas demandas.

Ausência de conexão que se constata.

Unanimemente, negou-se provimento ao Agravo de instrumento.

ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos de AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0185332-3, em que figura como agravante Antônio Fernando Carneiro de Oliveira, e como agravado o Banco Itauleasing S/A, acordam os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 14 de janeiro de 2010, à unanimidade de votos, negar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto do relator.

Recife, 25 de janeiro de 2010 (data da lavratura).

DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA
RELATOR



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



160

4ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº 185332-3

3ª Vara Cível da Comarca de Olinda

Agravante: ANTÔNIO FERNANDO CARNEIRO DE OLIVEIRA

Agravado: BANCO ITAULEASING S/A

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

RELATÓRIO e VOTO

Cuidam os presentes autos de recurso de agravo de instrumento, interposto por **ANTÔNIO FERNANDO CARNEIRO DE OLIVEIRA**, insurgindo-se contra a decisão interlocutória da lavra do Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Olinda que, em sede de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** (processo nº 226.2008.007198-0), indeferiu o pedido de conexão entre as ações de consignação e pagamento e reintegração de posse, mas deferiu o pedido liminar determinando a imediata reintegração de posse do veículo objeto do contrato de arrendamento mercantil (*leasing*).

Em suas razões de inconformismo, o agravante sustenta que seria nula a decisão agravada, pois fora proferida por juiz incompetente além de que alega a existência de conexão entre as ações de reintegração de posse e de consignação em pagamento devendo ser considerado prevento o Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Olinda.

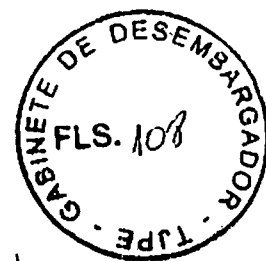
Prossegue, articulando que existe uma prejudicialidade externa entre as ações de consignação em pagamento e de reintegração de posse, de modo que esta última não poderia ser julgada sem que antes fosse decidida a ação consignatória,

HT



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



161

visto que em ambas o que se discute é a mora do devedor, portanto defende em suas razões recursais que o magistrado a quo deveria ter suspenso a ação de reintegração de posse até o julgamento da ação de consignação.

Ao final pugnou pela concessão liminar de efeito suspensivo, até o pronunciamento definitivo da Câmara, a fim de sobrestar a ação de reintegração de posse e a devolução do mandando de reintegração que fora expedido; bem como requereu, subsidiariamente, a reunião dos feitos para o Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Olinda, ante a prevenção, e ao final, requereu a reforma da decisão agravada para que seja determinada a reunião dos processos perante o Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Olinda, suspendendo-se a ação de reintegração de posse até o julgamento final da ação de consignação em pagamento.

Apreciando o feito, em sede de decisão interlocutória, o Excelentíssimo Desembargador Eloy d'Almeida Lins, recentemente aposentado, entendeu que a decisão recorrida não deveria ser suspensa, e que o comando liminar de reintegração de posse deveria ser cumprido em todos os seus termos. Desta feita, indeferiu o pleito de atribuição de efeito suspensivo ao decisum do Juiz Monocrático, até ulterior deliberação desta Câmara Julgadora.

Devidamente intimado a se manifestar, a empresa agravada apresentou contrarrazões às fls. 85/91, pugnando em suma pela manutenção da decisão vergastada, devendo ser improvido o presente agravo de instrumento, em razão da existência de



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



162

entendimento pacífico do STJ acerca da impossibilidade da suspensão das ações de reintegração de posse por meios de ações revisionais/consignatórias. Alegou ainda a impossibilidade da conexão entre a ação revisional e a de reintegração de posse.

É o relatório.

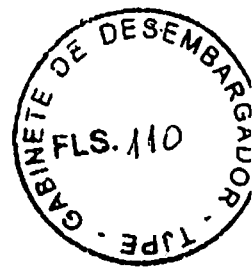
Passo a votar.

Inicialmente verifico estarem presentes os requisitos de admissibilidade recursais.

A atividade judicial, neste momento, está circunscrita à análise do mérito do presente recurso, que é saber se é possível a reunião dos feitos de reintegração de posse (processo 226.2008.007198-0) e consignação e pagamento (processo 226.2008.007601-9) por serem, na análise do agravante, conexos. Ademais, requer o recorrente a suspensão do processo de reintegração por questões de prejudicialidade externa, até julgamento final da ação de consignação e pagamento.

De logo, entendo que o presente recurso não merece ser acolhido. Com efeito, a propositura de consignatória não é óbice à regular tramitação da ação de reintegração de posse.

Tendo por efeito facilitar o entendimento, em sentido similar, invoco o Enunciado 28 do Fórum Permanente dos Juízes Cíveis do Estado de Pernambuco:



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

163

"O ajuizamento de ação consignatória não conduz, necessariamente, a que fique impossibilitado o deferimento de liminar de busca e apreensão".

No mesmo sentido, transcrevo aresto jurisprudencial do STJ:

Ação de reintegração de posse. Arrendamento mercantil. Mora. Ajuizamento da ação de consignação em pagamento. Liminar de busca e apreensão. Precedentes da Corte.

1. Já decidiu esta Corte que "o ajuizamento contemporâneo da ação de consignação em pagamento não impede a efetivação da busca e apreensão, sob pena de violação ao art. 3º do Decreto-lei nº 911/69" (REsp nº 138.321/PE, da minha relatoria, DJ de 31/8/98).

2. Recurso especial não conhecido.

(REsp 419.032/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2002, DJ 10/03/2003 p. 191, REPDJ 22/04/2003 p. 229)

Como já foi dito na decisão interlocutória liminar, também entendo que a decisão guerreada não merece reforma, sendo possível que as ações de consignação em pagamento e de reintegração de posse corram em Juízos diversos, visto que não há conexão entre as ações, porquanto a causa de pedir da primeira é a mora *accipiendi*, ou seja, recusa do credor em receber a quantia relativa ao débito e o pedido é o recebimento por parte do credor da quantia incontroversa, até que se decida eventual valor complementar.

Enquanto que a causa de pedir da reintegração de posse é falta de pagamento por parte do devedor o que enseja a devolução do bem objeto do contrato de *leasing* ao possuidor indireto,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

e o pedido é a consolidação da posse em favor do possuidor indireto, ora agravado.

Ademais, em momento algum, de acordo com o conjunto de documentos juntados nestes autos, o agravante comprovou que purgou a mora ou que o pagou o débito.

Desta feita, mantenho a decisão interlocutória de fls. 74/75 em todos os seus termos e conseqüentemente, nego provimento ao agravo de instrumento ora em apreço, mantendo incólume a decisão proferida pelo juízo a quo.

É como voto.

Recife, ~~07~~ de janeiro de 2010.


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator